

DOCUMENTÁRIO

OS 31 ANOS DA ABLJ

AMAURI MASCARO NASCIMENTO

Excelentíssimo Senhor Presidente da Academia Brasileira de Letras Jurídicas, professor J.M.Othon Sidou

Excelentíssimos Senhores

Secretário Geral — Luis de Pinho Pedreira

1º Secretário — Sérgio de Andréa Ferreira

2º Secretário — João Mestieri

Tesoureiro — José da Silva Pacheco

Diretor — Francisco Amaral

Eminentes Confrades do Colégio Acadêmico.

Digníssimas autoridades.

Senhoras e Senhores.

São duas homenagens que hoje estamos prestando.

A primeira, aos 31 anos de fundação da Academia Brasileira de Letras Jurídicas. As demais a dois saudosos acadêmicos que completariam neste mês 100 anos de existência, Antonio Ferreira Cesarino Júnior e Alcides Vieira Carneiro

Há um ano o sodalício foi festejado pelo seu 30º aniversário. Saudou-o, em 13 de setembro de 2005, em discurso insuperável, o eminente Professor Sérgio de Andréa Ferreira.

Reproduzo as suas palavras sobre a Academia, com as quais estou inteiramente de acordo.

As suas principais características são: é eminentemente nacional, sem perda da sua interação com entidades estrangeiras; como Academia Brasileira, valoriza a importância da nossa língua, como Academia de Letras que é; por ser Academia de Letras Jurídicas é um suporte dogmático do sistema jurídico nacional; é, liberta da patologia da teorização esterilmente dissociada da realidade da vida.

A Academia está presente nos principais momentos da vida jurídica nacional não omitindo o seu pensamento, inclusive quando a crítica é necessária. É o que fez em sessão recente quando, por iniciativa do Presidente Sidou, foi registrado em ata de reunião fato de destaque na manchete dos jornais: a primeira condenação unânime do Brasil, pela Corte Internacional de Direitos Humanos, como réu de ato atentatório à vida de um ser humano portador de doença mental em sanatório, com a convivência de médicos e enfermeiros no interior do Ceará.

Em outras ocasiões faz-se presente para aplaudir, como agora com o “Prêmio Jurídico Orlando Gomes — Elson Gottschalk” conferido bienalmente ao autor de dissertação escrita, inédita e sobre tema original ou atual, de Direito Civil e de Direito do Trabalho.

Venceu-o, na versão 2006, Gustavo Elias Kallás Rezek, doutor em Direito pela USP e professor da Universidade do Vale do Sapucaí, Sul de Minas Gerais, residente em Pouso Alegre, com a dissertação “O imóvel agrário e sua caracterização jurídica”, avaliada, em relatório escrito de cada membro, pela Comissão integrada pelos Professores Francisco Amaral, José da Silva Pacheco e Ricardo Pereira Lira.

A maior riqueza de que o Direito de um País possa orgulhar-se é a essencialidade do Direito.

São 31 anos vividos pela Academia consolidados pela convergência de diversos fatores: a iniciativa dos seus fundadores; o prestígio dos Acadêmicos que nos antecederam, e o legado que deixaram e que nos cabe preservar.

Iniciarei a segunda homenagem.

Sempre reverenciei Cesarino Júnior. Somos conterrâneos. Nascemos e residimos na mesma cidade do interior do Estado de São Paulo, Campinas. Nossas casas ficavam no mesmo bairro. A família de Cesarino residia na Rua Culto à Ciência defronte do Ginásio com o mesmo nome no qual lecionou no curso ginásial. Creio que foi essa a sua primeira experiência de magistério.

Sua inteligência sempre fulgurou privilegiada. Rompeu barreiras. Sofreu discriminações. Seus méritos o levaram ao patamar que alcançou.

Conquistou dois títulos universitários: médico e bacharel em Direito. E foi professor catedrático por concurso de duas Faculdades, de Medicina em Sorocaba, e de Direito, em São Paulo, ambas da Universidade de São Paulo.

No seu concurso para Professor Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo disputou com sete candidatos todos da mais elevada projeção cultural. Sua inscrição foi indeferida pela Comissão de Concurso, sob uma alegação: o tema da tese que apresentou não se relacionaria com a disciplina jurídica em concurso: o contrato de trabalho como contrato de adesão. Impetrou e ganhou mandado de segurança e a sua participação no concurso foi assegurada por ordem judicial. Não houve como impedi-lo de ganhar o primeiro lugar. Tornou-se, assim, em 1938, o primeiro professor de Direito do Trabalho na história universitária do Brasil.

Acrescentem-se entre os seus títulos, os de professor honorífico da Universidade Central da Venezuela, presidente da *Société Internationale de Droit de Travail et de la Sécurité Sociale*, fundada em São Paulo, promotora, por sua iniciativa, de dois conceituados congressos internacionais, em São Paulo (1954) e em Bruxelas (1958), o I e o II Congresso Internacional de Direito Social, presidente da Academia Paulista de Direito, membro da Comissão de Peritos da OIT-Organização Internacional do Trabalho. Entre os seus livros, *Direito Social Brasileiro* (1940) e *Consolidação das Leis do Trabalho* Anotada (1945). E entre as suas iniciativas institucionais a criação do Instituto de Direito Social e a fundação do PDC-Partido Democrata Cristão, em São Paulo, para defender as idéias da democracia social cristã com a colaboração de juristas de escol como André Franco Montoro, Carvalho Pinto e Queiroz Filho.

Tem o seu nome, ao lado de outros expoentes como o Ministro Arnaldo Lopes Sussekind, incluído no *período precursor do Direito do Trabalho*, marcado pelo esforço profícuo do notável pensamento de juristas que interpretaram as relações de trabalho da época do proletariado e da questão social, sob uma perspectiva nova voltada para a criação das diretrizes fundantes de uma disciplina que viria afirmar-se com autonomia doutrinária, legislativa e jurisprudencial.

Há homens que ficam na história porque são amados. Outros, porque são respeitados. Cesarino está entre estes. Soube impor-se por sua autoridade, seu talento e sua vocação para o magistério. Deixou um exemplo de austeridade que ficará para sempre nos anais desta Academia.

Continuando a segunda homenagem permito-me lembrar o centenário de nascimento de um dos fundadores da Academia, o magistrado Alcides Vieira Carneiro, que ocupou a Cadeira n.46, hoje com o professor J.C.Barbosa Moreira.

Nasceu em 11 de junho de 1906, filho de Vicente Vieira Carneiro e de Maria de Azevedo Vieira Carneiro, em Princesa, atual Princesa Isabel, encravada na região de Pageú das Flores, onde se defrontam altivas, a Serra da

Borborema e a Serra da Baixa-Verde, e onde corre tranqüilo e sisudo o rio Pageú. Sua família transferiu-se para o Ceará em 1917. Fez o curso de Direito, nos três primeiros anos na Faculdade de Direito do Ceará, nos demais na Faculdade de Direito do Recife na qual se bacharelou em 1926.

Em 1929, já no Rio de Janeiro, ingressou na Aliança Liberal. Lutou pela mudança das instituições políticas da Velha República.

Uma das suas virtudes era saber ser franco como se vê nesta sua afirmação: “Incursionei na política, onde os homens me ensinaram os caminhos do inferno e o estilo do diabo.”

Sua carreira política iniciou-se em 1946 como Suplente de Deputado à Constituinte por seu Estado. Por designação do Presidente Eurico Gaspar Dutra, foi nomeado Presidente do Instituto de Aposentadoria dos Servidores do Estado. Sua atuação foi decisiva para a construção do Hospital dos Servidores Públicos do Rio de Janeiro. Na placa gravada em bronze, lá fixada, está inscrita a seguinte frase sua: “Este Hospital nasceu da bondade dos que sentem e viverá da confiança dos que sofrem”.

Foi tribuno e jurista, orador flamante, freqüente dos comícios populares, orador e poeta das multidões o que lhe valeu o qualificativo de “patativa do Norte”.

Em discurso político em praça pública de Cruz das Almas, começou a chover. O bairro era operário. Estava lotado. A chuva não o interrompeu. Ao contrário. Não perdeu a oportunidade. Disse: “Pensava que falava apenas sob os aplausos dos homens, mas vejo que também falo sob as bênçãos de Deus que é a chuva que cria as riquezas e transforma o Nordeste na terra da Canaã”.

Nos primeiros anos da década de 60 dedicou-se, sobretudo, às carreiras jurídicas como Procurador da Justiça na Guanabara, em 1963 representante, no México, do Estado no IV Congresso Interamericano do Ministério Público, no ano seguinte delegado suplente, em Nova Iorque, na XIX Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas e na década de 60 Ministro do Superior Tribunal Militar.

Na oração de paraninfo da turma de 1974, em 19 de dezembro, da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Paraíba, transmitiu idéias atuais e pertinentes aos nossos tempos:

“Num mundo envelhecido pelos resíduos de conceitos superados, o que nos salva é a esperança de um novo renascimento na ordem dos valores de nossa civilização. E essa esperança está nos jovens que olham em torno de si e sentem a urgência desse renascimento. Sob o signo desse amanhecer que desponta entre tanta controvérsia e tanto conflito, a juventude universitária sustenta a bandeira de suas reivindicações, que não refletem ambições pes-

soais. Representam, sim, o esforço desinteressado, o sonho de uma reconstrução da sociedade em bases mais justas e humanas.”

Em Sessão de 19 de março de 1975, do Superior Tribunal Militar, saudou, em nome da Corte, os Ministros empossados e os que se despediam, com estas palavras:

“Daqui a dois anos, quando, pelo rodar do tempo e o voltejar do destino, duas outras altas figuras presentes estarão sendo homenageadas neste mesmo dia e nesta mesma hora, já estarei ausente desta cadeira e presente na vossa lembrança, pois aqui costumamos dizer com emoção aos que se despedem: sai, mas fica na nossa lembrança”.

Senhor Presidente.

Entrelaçam-se essas homenagens, reverenciar a Academia e os Acadêmicos. Os acadêmicos escrevem, falam e publicam. Com isso preservam a memória do pensamento jurídico da qual a Academia é a autêntica guardiã.

Que a vigília desta Academia siga por muitos anos os passos firmes que a guiaram até aqui.

Discurso pronunciado na solenidade comemorativa do 31º aniversário de fundação da Academia Brasileira de Letras Jurídicas, em 26 de setembro de 2006.